
***Eco Securitizadora
de Direitos
Creditórios do
Agronegócio S.A.***
***Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2024
e relatório do auditor independente***



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Eco Securitizadora de Direitos
Creditórios do Agronegócio S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

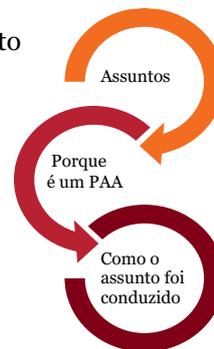
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.





Eco Securitizadora de Direitos
Creditórios do Agronegócio S.A.

Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Receita de prestação de serviços (Notas 3.9 e 17)

A Companhia reconhece suas receitas em decorrência da prestação de serviços relacionados a estruturação e administração das operações de securitizações.

Essas receitas são apuradas de acordo com as definições previstas nos termos de securitização. Dessa forma, a mensuração e reconhecimento dessas receitas foram efetuadas considerando a determinação prevista na documentação de cada operação de securitização, de acordo com a avaliação efetuada pela administração quanto ao efetivo cumprimento de performance na prestação dos serviços.

Devido a relevância dos valores de receita de prestação de serviços e uso do julgamento por parte da administração quanto ao cumprimento de performance, continuamos a considerar essa uma área de foco em nossa auditoria.

Nossos procedimentos incluíram: (i) o entendimento dos controles internos e procedimentos aplicados na avaliação do cumprimento de performance de cada operação e na mensuração dos valores de receita a serem reconhecidos contabilmente; (ii) avaliação sobre o desenho e a implementação dos controles internos considerados relevantes no processo de avaliação do cumprimento de performance e na mensuração das receitas a serem reconhecidas; e (iii) avaliação do desenho e implementação dos controles estabelecidos para a cobrança e controle dos valores a receber de relativos à prestação dos serviços.

Efetuamos, em base amostral, testes de inspeção dos documentos comprobatórios das transações que originaram as receitas reconhecidas no resultado, bem como seus respectivos comprovantes de liquidação.

Consideramos que os critérios adotados pela Administração na mensuração e reconhecimento dessas receitas são consistentes com as informações divulgadas nas demonstrações financeiras.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, seguindo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.



Eco Securitizadora de Direitos
Creditórios do Agronegócio S.A.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.



Eco Securitizadora de Direitos
Creditórios do Agronegócio S.A.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 31 de março de 2025

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

DocuSigned by
Marcelo Luis Teixeira Santos
Assinado por MARCELO LUIS TEIXEIRA SANTOS 04280218757
CPF: 04280218757
Data/Hora da Assinatura: 31 de março de 2025 12:40 BRT
© ECP Brasil, OU: Secretária da Receita Federal do Brasil - RFB
C: BR
Emissor: AC: SERASA RFB v3

Marcelo Luis Teixeira Santos
Contador CRC 1PR050377/O-6



ECO SECURITIZADORA DE DIREITOS CREDITÓRIOS DO AGRONEGÓCIO S.A.

CNPJ 10.753.164/0001-43

Relatório da Administração

Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024

1. Contexto operacional

A Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A. (“Companhia”), com sede e foro na Cidade de São Paulo, é uma Companhia Aberta registrada na Comissão de Valores Mobiliários. Seu objetivo social é a aquisição de quaisquer direitos creditórios do agronegócio, com a consequente emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRA) e Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI) no mercado financeiro e de capitais. Ademais, a Companhia realiza e/ou presta serviços compatíveis com a atividade de securitização de direitos creditórios do agronegócio, conforme previsto na Lei nº 14.430, de 03 de agosto de 2022. Essas atividades incluem, mas não se limitam a administração, recuperação e alienação de direitos creditórios do agronegócio, bem como operações em mercados derivativos. Além disso, a Companhia pode participar de outras sociedades, mediante deliberação do Conselho de Administração.

As atividades da Companhia são geridas por uma Diretoria composta por três membros e um Conselho de Administração, também com três membros. Durante o ano de 2024, a Diretoria se reuniu regularmente para definir, entre outros temas, os termos e condições aplicáveis às operações de securitização de recebíveis. Como resultado, foram realizadas 43 novas emissões de CRA e duas emissões de CRI, totalizando um montante financeiro de R\$ 17.143.318.000,00 (dezesete bilhões, cento e quarenta e três milhões e trezentos e dezoito mil reais).

A Diretoria reuniu-se ordinariamente em agosto de 2024 para examinar e discutir as Demonstrações Financeiras e o Relatório da Administração referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023. Nessa ocasião, também foi aprovada a destinação do lucro do exercício de 2023 e a distribuição de dividendos.

Além disso, o Conselho de Administração se reuniu de forma extraordinária em novembro de 2024 para deliberar sobre a renúncia do Sr. Cristian de Almeida Fumagalli dos cargos de Diretor de Relação com Investidores, Diretor de Securitização e Diretor de Distribuição. Em seu lugar, foi eleito o Sr. Marcello de Albuquerque para ocupar cumulativamente essas posições. Na mesma ocasião, foi deliberada a reeleição do Sr. Leandro Machado Mattia para os cargos de Diretor de Controles Internos e Diretor de Compliance.



2. Condições Econômicas da Companhia

Durante o exercício social de 2024, a Companhia permaneceu com a sua atividade principal de securitização de recebíveis agrícolas, apresentando um lucro líquido de R\$ 10.576.172,62 (dez milhões quinhentos e setenta e seis mil cento e setenta e dois reais e sessenta e dois centavos). Abaixo, segue o comparativo do lucro líquido de 2024 da Companhia, com relação aos 3 últimos exercícios:

Lucro líquido do exercício e dos 02 (dois) exercícios anteriores (em milhares de R\$)		
2024	2023	2022
10.576	10.924	11.161

3. Política de reinvestimento de lucro e distribuição de dividendos

A Companhia não possui política de reinvestimento de lucro, bem como não tem acordo de acionistas arquivado na sede da Companhia. Como regra do seu Estatuto Social, a Companhia distribui, como dividendo obrigatório, 25% (vinte e cinco por cento) do seu lucro líquido, e o saldo, quando existe, é destinado na forma que deliberada pela sua Assembleia Geral. Nos últimos 3 exercícios, foi deliberada pela distribuição da totalidade do lucro líquido apurado pela Companhia.

A Companhia tem capital social de R\$ 299.000,00 (duzentos e noventa e nove mil reais).

4. Emissão de Dívidas

Não foram emitidas, nem adquiridas, quaisquer Debêntures pela Companhia, bem como qualquer outro título de dívida que não sejam Certificado de Recebíveis do Agronegócio (“CRAs”) e Certificados de Recebíveis Imobiliários (“CRIs”), com a devida implementação de Regime Fiduciário, mantendo as suas contabilizações em separado do patrimônio comum da Companhia.

5. Investimentos em sociedades coligadas e/ou controladas

A Companhia não possui participação em nenhuma outra sociedade. Neste sentido, não houve investimentos em sociedades coligadas e/ou controladas.



6. Projetos Desenvolvidos

Durante o ano de 2024, a Companhia realizou a 301ª emissão de Certificado de Recebíveis do Agronegócio (“CRA”) com a Primo Tedesco S.A. O título recebeu a Certificação Verde da NINT, da ERM *Group Company*. Além disso, mesmo diante de um cenário desafiador para o setor de vendas de insumos, agravado por dois pedidos de Recuperação Judicial no mês anterior, em setembro, estruturamos e distribuimos de forma sólida a 348ª emissão de Certificado de Recebíveis do Agronegócio com a Futura Insumos Agrícolas Ltda.

7. Informações sobre a prestação, pelo auditor independente ou por partes a ele relacionadas, de qualquer serviço que não seja de auditoria externa.

A Companhia não contratou serviços de empresas relacionadas ao auditor independente, não havendo, portanto, qualquer conflito de interesse, perda de independência ou objetividade de seus auditores independentes.

Em atendimento à Instrução CVM nº 381/03, a Companhia informa que a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes foi contratada para a prestação dos seguintes serviços: auditoria das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”); e revisão das informações contábeis intermediárias trimestrais de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executadas pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - “*Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*”, respectivamente). A Companhia não contratou o auditor independente para outros trabalhos que não os serviços de auditoria das demonstrações financeiras.

8. Transações com Partes Relacionadas

A Companhia não possui obrigações a pagar com suas Partes Relacionadas. No contexto do curso normal dos negócios, foi firmado o contrato de contas correntes entre as empresas do grupo Ecoagro, com a finalidade de viabilizar o fluxo de caixa e as operações financeiras destas, conforme demonstrado a seguir.



Valores a receber/pagar (a)	31/12/2024		31/12/2023	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Ecoagro Participações	48	-	-	11
Eco Gestão	43	-	-	-
Eco Consult	3.989	-	906	2
Total de partes relacionadas	4.080	-	906	13

9. Considerações Finais e Perspectivas.

Para o ano de 2025, a Companhia continuará atuando com o objeto de securitização de direitos creditórios do agronegócio e direitos creditórios imobiliários, buscando, em relação ao ano de 2024, aumentar a quantidade de novas séries de CRAs e CRIs, fazendo a manutenção do volume financeiro emitido, em decorrência das perspectivas econômicas e geopolíticas globais.

No âmbito global, os impactos geopolíticos e econômicos exercem uma influência significativa no setor agrícola. As tensões comerciais entre os Estados Unidos e a China continuam a impactar o comércio. Ainda no primeiro trimestre de 2025, a China aumentou as tarifas sobre produtos norte-americanos, abrindo oportunidades para o Brasil expandir suas exportações agrícolas para o mercado chinês.

Com relação ao cenário nacional, a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) projeta um crescimento de até 5% no PIB do agronegócio em 2025, impulsionado pela produção de grãos e pelo fortalecimento das indústrias de insumos e agroindústrias exportadoras.

O panorama do agronegócio apresenta pontos críticos com relação ao clima. O verão de 2025 foi o segundo mais quente já registrado no Brasil, com temperaturas médias elevadas mesmo sem a influência do *El Niño*. As previsões indicam alterações nos padrões de precipitação, com chuvas intensas concentradas nas regiões Centro-Oeste, Sudeste e Nordeste, sendo a Região Sul passível de apresentar déficits hídricos, o que pode impactar a produtividade de culturas como soja e milho.

Por outro lado, o Brasil ainda pode despontar como uma solução para o problema climático global por ser um dos líderes no cenário de transição energética, oferecendo soluções sustentáveis como etanol, biodiesel, biogás, biometano, bioquerosene, entre outros produtos.



Para este ano a Companhia entende que é essencial seguir a ótica de “ficar melhor antes de ficar maior”, trabalhando os recursos financeiros, tecnológicos e humanos de forma cautelosa.

10. Agradecimentos

Agradecemos a todos os envolvidos na consolidação das atividades da Companhia dentro do seu mercado de atuação, a todos os clientes, investidores e parceiros, que depositaram apoio e confiança.

São Paulo, 31 de março de 2025.

MILTON SCATOLINI MENTEN
Diretor Presidente

MARCELLO DE ALBUQUERQUE
Diretor de Relação com Investidores

Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.

Balanços patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativo	Nota	31/12/2024	31/12/2023	Passivo e patrimônio líquido	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.162	3.441	Fornecedores	14	57	100
Clientes	5	62	155	Obrigações tributárias e trabalhistas	13	392	3.214
(-) Provisão para perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa	5	(27)	(31)	Contas a pagar a partes relacionadas	8	-	13
Outros créditos	6	1.740	2.249	Dividendos a pagar	14	2.644	1.551
(-) Provisão para perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa	6	(361)	(697)	Direito de uso - Aluguel a Pagar	12	149	59
Outros adiantamentos	7	-	2.923	Outros passivos circulantes	14	210	180
Contas a receber de partes relacionadas	8	4.080	906			3.452	5.117
Tributos correntes a recuperar	9	1.145	4.291				
Despesas antecipadas	10	7	7				
		7.808	13.244				
Não circulante				Não circulante			
Outros créditos	6	559	180	Direito de uso - Aluguel a Pagar	12	539	-
(-) Provisão para perdas de créditos de liquidação duvidosa	6	(444)	(180)			539	-
Tributos correntes a recuperar	9	3.399	65	Patrimônio Líquido	15		
Créditos fiscais diferidos	11	283	309	Capital social	15.1	299	299
Direito de uso - Aluguel	12	677	51	Reserva legal	15.2	60	60
		4.474	425	Reserva de lucro	15.3	7.932	8.193
				Total do patrimônio líquido		8.291	8.552

Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.

Demonstrações do resultado

Dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Receita operacional	17	11.139	11.122
(-) Custo dos serviços prestados	18	(1.961)	(2.011)
Resultado bruto		9.178	9.111
Receitas (despesas) operacionais		(769)	(1.134)
Gerais e administrativas	19	(755)	(725)
Outras receitas e despesas operacionais	20	(14)	(409)
Resultado operacional		8.409	7.977
Resultado antes do resultado financeiro		8.409	7.977
Resultado financeiro	21	7.581	8.537
Receitas financeiras		7.767	8.859
Despesas financeiras		(186)	(322)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		15.990	16.514
Imposto de renda e contribuição social	23	(5.414)	(5.590)
Imposto de renda e contribuição social corrente		(5.388)	(5.742)
Imposto de renda e contribuição social diferido		(26)	152
Lucro líquido do exercício		10.576	10.924
Lucro líquido por ação, em reais	16	0,10576	0,10924

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Lucro líquido do exercício	10.576	10.924
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente	10.576	10.924

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucro	Lucro/(Prejuízo) acumulado	Patrimônio líquido total
Saldos iniciais em 31 de dezembro de 2022		299	60	8.371	-	8.730
Destinação de Reserva de lucro para Pagamento de Dividendos	15.4	-	-	(8.371)	-	(8.371)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	10.924	10.924
Antecipação de Pagamento de Dividendos Intermediários	15.4	-	-	-	(1.180)	(1.180)
Destinação de dividendos obrigatórios a pagar (25%)	15.4	-	-	-	(1.551)	(1.551)
Destinação para a reserva de lucros		-	-	8.193	(8.193)	-
Saldos finais em 31 de dezembro de 2023		299	60	8.193	-	8.552
Saldos iniciais em 31 de dezembro de 2023		299	60	8.193	-	8.552
Transferencia de saldo para Dividendos a Pagar	15.4	-	-	(8.193)	-	(8.193)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	10.576	10.576
Destinação de dividendos obrigatórios a pagar (25%)	15.4	-	-	-	(2.644)	(2.644)
Destinação para a reserva de lucros	15.4	-	-	7.932	(7.932)	-
Saldos finais em 31 de dezembro de 2024		299	60	7.932	-	8.291

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Caixa gerado nas operações			
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		15.990	16.514
Ajustes por:			
Constituição/ reversão de perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa	20	(76)	449
Depreciação direito de uso - Aluguel	12	126	155
Juros de arrendamento	12	59	23
Receita de deságio		(28)	(163)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro ajustado		16.071	16.978
Variações nos ativos e passivos		(8.448)	(9.314)
Redução em clientes	5	93	75
(Aumento) em tributos correntes a recuperar	9	(188)	(1.949)
(Aumento) em despesas antecipadas	10	-	(5)
Redução/ (aumento) em outros créditos	6	130	(675)
Redução/ (aumento) em outros adiantamentos	7	2.923	(2.923)
Redução em devedores diversos		-	306
(Aumento) em partes relacionadas a receber	8	(3.174)	(906)
(Redução) em fornecedores	14	(43)	(51)
(Redução)/ aumento em outras obrigações fiscais e sociais	13	(2.876)	3.178
(Redução)/aumento em partes relacionadas a pagar	8	(13)	13
Aumento/(redução) em outros passivos	14	30	(29)
Juros de arrendamento	12	(24)	(45)
Imposto de renda e contribuição social pagos no exercício		(5.306)	(6.303)
Caixa líquido das atividades operacionais		7.623	7.664
Atividades de financiamento			
Empréstimos e financiamentos		-	(301)
Pagamento de passivo por arrendamento	12	(157)	(136)
Dividendos pagos aos acionistas	15.4	(9.745)	(11.508)
Caixa líquido atividades de financiamento		(9.902)	(11.945)
Aumento/(redução) líquido de caixa e equivalentes		(2.279)	(4.281)
Saldo inicial de caixa e equivalentes	4	3.441	7.722
Saldo final de caixa e equivalentes	4	1.162	3.441

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.

Demonstrações do valor adicionado

Dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2024	31/12/2023
Receitas	12.403	11.861
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	12.328	12.310
Constituição/ reversão de perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa	75	(449)
Insumos adquiridos de terceiros	(2.553)	(2.573)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(2.553)	(2.573)
Valor adicionado bruto	9.850	9.288
Valor adicionado líquido produzido	9.850	9.288
Valor adicionado (empregado)/recebido em transferência	7.677	8.755
Resultado financeiro	7.640	8.560
Outras receitas	37	195
Valor adicionado total a distribuir	17.526	18.043
Distribuição do valor adicionado	17.526	18.043
Pessoal	62	57
Remuneração direta	62	57
Impostos, taxas e contribuições	6.703	6.884
Federais	6.646	6.824
Estaduais	22	22
Municipais	35	38
Remuneração de capitais de terceiros	185	178
Juros	59	23
Aluguéis	126	155
Remuneração de capitais próprios	10.576	10.924
Dividendos	-	2.731
Lucro retido no exercício	10.576	8.193

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Eco Securitizadora de Direitos Credítórios do Agronegócio S.A. (“Companhia”) com sede e foro na Avenida Pedroso de Morais, nº 1.553 - 3º andar - Pinheiros, São Paulo na Cidade de São Paulo, é uma Sociedade por ações com registro na CVM - Comissão de Valores Mobiliários, em 15 de julho de 2009, que possui como objetivo social a aquisição de quaisquer direitos creditórios do agronegócio com a consequente emissão de recebíveis do agronegócio no mercado financeiro e de capitais, e a realização e/ou prestação de negócios e/ou serviços compatíveis com a atividade de securitização de direitos creditórios do agronegócio prevista na Lei nº 14.430, de 03 de agosto de 2022, incluindo, mas não se limitando, a administração, recuperação e alienação de direitos creditórios do agronegócio. Também, a Companhia pode participar de qualquer outra Sociedade mediante deliberação do Conselho de Administração.

A Companhia está inserida em um grupo econômico onde a Ecoagro Participações S.A., empresa constituída com propósito único de deter participações em outras empresas é a controladora. A Companhia utiliza a prestação de serviços de consultoria realizada por outra empresa com o propósito único de prestar serviços não exclusivos, relativos à consultoria de operações financeiras agropecuárias (“Eco Consult - Consultoria de Operações Financeiras Agropecuárias Ltda.”), também pertencente ao seu grupo econômico e controlada pela Ecoagro Participações S.A. A estrutura societária da Companhia, atende a função específica de cada companhia agir dentro do contexto em que cada uma está inserida na estrutura societária.

A Companhia obtém receitas substancialmente da aquisição e venda de Operações para formação dos lastros dos Certificados de recebíveis do agronegócio (“CRAs”) a emitir e prestação de serviços relacionados.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

2.1. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária (contendo as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638, aprovada em 28 de dezembro de 2007), as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração em sua gestão.

As demonstrações financeiras da Companhia foram aprovadas pela Administração em 31 de março de 2025.

3. Políticas contábeis materiais

3.1. Moeda funcional

As demonstrações financeiras foram preparadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

3.2. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por depósitos bancários disponíveis, bem como aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

3.3. Despesas antecipadas

Representadas por contratos firmados entre prestadores e a Companhia, decorrentes de prestações de serviços pagas antecipadamente. As despesas são apropriadas para o resultado em função do prazo de cada contrato e à medida que os serviços são prestados.

3.4. Baixa de ativos

O tratamento contábil de transferências de ativos financeiros depende da extensão em que os riscos e benefícios relacionados aos ativos transferidos são transferidos a terceiros:

- Se a Companhia transfere substancialmente todos os riscos e benefícios a terceiros – securitização de ativos na qual o cedente não retém uma dívida subordinada. Os ativos securitizados são removidos do balanço;
- Se a Companhia retém substancialmente todos os riscos e benefícios associados aos ativos financeiros transferidos o cedente retém uma dívida subordinada. Os ativos securitizados não são removidos do balanço, sendo reconhecido um passivo financeiro correspondente, por um valor igual à contraprestação recebida.

Os recebíveis do agronegócio, lastros de operações de securitização, com constituição de patrimônio em separado, nos termos da Lei nº 14.430, de 03 de agosto de 2022, sem cláusula de coobrigação, foram objeto de baixa quando da emissão de seus respectivos Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRAs). Eventuais benefícios residuais são reconhecidos no ativo, de acordo com seus períodos de competência, líquido de eventuais provisões para garantias.

3.5. Instrumentos financeiros

Reconhecimento e mensuração

Transações de pagamentos a receber e instrumentos de dívida são inicialmente reconhecidos quando de sua origemação. Todos os outros ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos quando a Companhia se torna contraparte do referido ativo ou passivo.

Um instrumento financeiro é inicialmente reconhecido a valor justo acrescido de custos de transações que lhe são diretamente atribuíveis, exceto para instrumentos não avaliados a valor justo por meio do resultado.

A Companhia reconhece o saldo de suas Transações a Receber por seu valor nominal, pois não há componente de juros/financiamentos significativo, bem como os títulos possuem prazo curto de recebimento (inferior a um ano), o que torna imaterial o componente de financiamento.

Classificação e mensuração

Ativos financeiros são classificados em uma das seguintes categorias baseadas no modelo de negócio em que estes ativos se inserem e nas características contratuais de seus fluxos de caixa:

- Custo amortizado;
- VJORA (Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes); e
- VJR (Valor Justo por Meio do Resultado).

As seguintes categorias são aplicáveis aos ativos financeiros da Companhia:

Custo amortizado – um ativo financeiro é mensurado através do custo amortizado se ele atende às seguintes condições e não é designado como VJR:

É detido com o objetivo de receber fluxos de caixa contratuais, e os fluxos de caixa contratuais são, exclusivamente, pagamento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Os seguintes ativos financeiros da Companhia são classificados desta maneira:

- Caixa e equivalentes de caixa;
- Clientes ou Contas a receber por serviços prestados;
- Empréstimos/Partes Relacionadas.

*Eco Securitizadora de Direitos
Credítórios do Agronegócio S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2024 e 2023*

Após o reconhecimento inicial, estes ativos financeiros são mensurados a custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é reduzido por perdas de *impairment*. Receitas com juros, variação cambial e perdas de *impairment* nestes ativos são reconhecidos no resultado.

VJR – geralmente um ativo financeiro é mensurado a VJR se uma das seguintes condições são atendidas:

- i. Ele é mantido para fins outros que não o recebimento de fluxos de caixa contratuais ou decorrentes de sua venda; ou
- ii. Sua posse dá direito a fluxos de caixa que não decorrentes apenas de pagamentos do principal e de juros sobre o principal em aberto.

A Companhia classifica os ativos financeiros apresentados em “Investimentos Financeiros” como VJR, já que o modelo de negócio em que eles se inserem não tem por objetivo a apropriação dos fluxos de caixa decorrentes de sua posse. Os ativos financeiros mais significativos nesta categoria são títulos públicos federais, quando aplicável.

Após seu reconhecimento inicial, estes ativos financeiros são mensurados a valor justo. Ganhos ou perdas líquidas, incluindo juros, são reconhecidos no resultado. Ativos nesta categoria são classificados como circulantes.

Incluem-se nesta categoria os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os recebíveis da Companhia compreendem contas a receber por serviços prestados, outros créditos e tributos a recuperar.

Impairment de ativos financeiros

A Administração revisa anualmente, ou quando necessário, o valor contábil líquido dos ativos, com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para *impairment* ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável esperado.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica de gestão dos recebíveis e análise de crédito dos devedores da Companhia.

Não obstante, a Administração da Companhia considera baixo o risco de crédito das operações apresentadas no Contas a Receber, devido ao risco atrelado no fluxo de caixa da securitização somado às garantias reais de cada operação. As provisões efetuadas consideram o atual momento macro e microeconômico, bem como a dificuldade em se determinar o prazo e valor de realização para retomada/venda dos lastros envolvidos.

3.6. Direitos de Uso – Aluguel / Arrendamentos

Na data de início do contrato, a Companhia avalia se este contrato transfere o direito de uso para controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação ou não, e assim o qualifica como um arrendamento.

No início do arrendamento, um direito de uso de um ativo identificado é registrado. Para o registro inicial é necessário o reconhecimento relacionado ao direito de usar o ativo identificado (o valor da mensuração inicial do passivo do arrendamento, quaisquer pagamentos do arrendamento feitos em ou antes da data de início menos quaisquer incentivos de locação recebidos, quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo locatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo locatário para restaurar o ativo subjacente à condição exigida pelos termos e condições do arrendamento), contra e para os passivos de arrendamento (pagamentos fixos menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber; pagamentos de arrendamento variáveis vinculados a que dependem de um índice ou uma taxa, valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário sob garantias de valor residual, o preço de exercício de uma opção de compra se o locatário está razoavelmente certo de exercer essa opção e do pagamento de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o exercício da opção pelo arrendatário de terminar o arrendamento).

Os contratos de arrendamento são considerados mensurados ao custo amortizado e sujeitos ao teste de imparidade. A despesa financeira correspondente aos juros sobre os passivos de arrendamento é reconhecida em Resultado Financeiro na Demonstração do Resultado Consolidado.

As despesas de depreciação do ativo com direito de uso são reconhecidas separadamente e calculadas linearmente pelo prazo do arrendamento.

Após a data de início, o locatário deve mensurar o valor acumulado do passivo do arrendamento aumentando o passivo para refletir os juros; no arrendamento; a redução do valor contábil é reduzida à medida que as parcelas são pagas e reavaliadas para refletir os pagamentos feitos e remensurar o valor contábil para refletir qualquer reavaliação para modificações do arrendamento ou para refletir os pagamentos fixos revisados do arrendamento.

3.7. Estimativas Contábeis

As demonstrações financeiras incluem estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa, estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros, determinações de provisões para imposto de renda e outras similares. Os resultados efetivos podem ser diferentes dessas estimativas e premissas.

3.8. Outros ativos e passivos circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação deve ocorrer nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

3.9. Apuração do resultado

O resultado das operações (receitas, custos e despesas) é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. A receita de prestação de serviços é reconhecida tendo como base a execução dos serviços realizados.

As receitas compreendem o resultado de compra e venda de créditos agrícolas, bem como a prestação de serviços de estruturação de CRA e administração dos patrimônios separados.

3.10. Receitas financeiras

As receitas financeiras são provenientes dos ganhos obtidos com as aplicações financeiras da Companhia e do Patrimônio Separado (nos investimentos permitidos) em bancos de primeira linha.

3.11. Apresentação das informações por segmentos

A Companhia atua única e exclusivamente no segmento de securitização de direitos creditórios do agronegócio, motivo pelo qual não se aplica a apresentação das informações de segmentação requeridas pelo CPC 22.

3.12. Ajuste a valor presente

O valor presente é calculado com base na taxa efetiva de juros. A referida taxa é compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado, considerando o valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo e do passivo em suas datas originais. São utilizadas taxas de desconto que reflitam avaliações condizentes com o mercado. Na ausência de informações disponíveis de mercado, são utilizadas como referência operações similares, principalmente quanto aos prazos e fatores envolvidos.

3.13. Imposto de renda e contribuição social

São calculados e constituídos com base no lucro real (tributável) à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10%, e a provisão para contribuição social à alíquota de 9%, conforme legislação em vigor e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, para fins de determinação de exigibilidade. Portanto, as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos.

Os créditos tributários diferidos decorrentes de prejuízo fiscal ou base negativa da contribuição social, bem como de provisões não dedutíveis são reconhecidos somente na extensão em que sua realização seja provável.

3.14. Resultado por ação

A Companhia efetua o cálculo do resultado por ação utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação, durante o exercício ou período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 – Resultado por Ação. Não há potenciais instrumentos e/ou ações ordinárias diluidoras e, conseqüentemente, resultado por ação básico é igual ao diluído.

3.15. Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório é provisionado na data em que tais dividendos são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral.

3.16. Demonstração do valor adicionado

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A Companhia preparou a DVA de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado".

3.17. Novos pronunciamentos contábeis emitidos recentemente

IFRS 17/CPC 50 – Contratos de Seguro: Em maio de 2017, o IASB emitiu o IFRS 17/CPC 50 para contratos de segmentos que visa substituir o IFRS 4/CPC 11. O IFRS 17/CPC 50 tem como data de implementação 1º de janeiro de 2023. Esta norma tem o objetivo de demonstrar maior transparência e informações úteis nas demonstrações financeiras, sendo uma das principais mudanças o reconhecimento dos lucros a medida da entrega dos serviços de seguros, a fim de avaliar o desempenho das seguradoras ao longo do tempo. A Companhia afirma que não houve impactos quando da adoção da norma, considerando as suas operações.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Ativo	31/12/2024	31/12/2023
Depósitos bancários	8	8
Paulista	1	5
Bradesco (i)	22	24
Itau (ii)	1.131	3.404
Total de caixa e equivalentes de caixa	1.162	3.441

- (i) Em 31 de dezembro de 2024, as aplicações financeiras estão representadas por títulos de renda fixa, sendo estas CDBs, emitidas por bancos de primeira linha e remuneradas pelo CDI (105%), as quais possuem liquidez imediata e baixo risco.
- (ii) Em 3 de setembro de 2024, as aplicações financeiras estão representadas por títulos de renda fixa, sendo estas CDBs, emitidas por bancos de primeira linha e remuneradas pelo CDI (100%), as quais possuem liquidez imediata e baixo risco.

5. Clientes

Em 31 de dezembro de 2024, o valor de R\$ 62 refere-se aos serviços de securitização prestados aos titulares séries CRAs: 13ª e 20ª emissões.

**Eco Securitizadora de Direitos
Creditórios do Agronegócio S.A.**
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2024 e 2023

Em 31 de dezembro de 2023, o valor de R\$ 155 refere-se aos serviços de securitização prestados aos titulares séries CRAs: 94 e 12^a, 13^a, 53^a, 104^a, 183^a e 209^a emissões.

Em 31 de dezembro de 2024, o saldo de clientes é apresentado como segue:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
A vencer	4	53
Vencidas		
De 31 a 60 dias	4	5
De 61 a 90 dias	4	3
De 91 a 120 dias	4	3
De 121 a 180 dias	7	7
De 181 a 360 dias	3	4
Acima de 365 dias	36	80
Total bruto	62	155
Total de perdas esperadas	(27)	(31)
Total líquido	35	124

Abaixo, demonstramos a movimentação da provisão para perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Saldo inicial	(31)	(6)
(-) Constituição para perdas esperadas no exercício	(56)	(69)
(+) Reversão de provisão para perdas esperadas no exercício	60	44
Saldo final	(27)	(31)

6. Outros créditos

O valor de outros créditos, no montante de R\$ 2.299(R\$2.429 em 2023), com provisão total para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa de R\$ 805 (R\$877 em 2023), refere-se, principalmente, à gastos com agente fiduciário, taxa de custódia, escrituração, taxa de registro e comissão para a [B]³ e ainda serviços com cartório, a serem reembolsados pelos devedores dos CRAs.

*Eco Securitizadora de Direitos
Credítórios do Agronegócio S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2024 e 2023*

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Ativo circulante	1.740	2.249
Ativo não circulante	559	180
Total bruto	<u>2.299</u>	<u>2.429</u>
Total de perdas esperadas	<u>(805)</u>	<u>(877)</u>
Total líquido	<u>1.494</u>	<u>1.552</u>

Abaixo estão demonstrados os valores a receber de acordo com o vencimento:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
A vencer	<u>547</u>	<u>995</u>
Vencidas		
De 31 a 60 dias	271	290
De 61 a 90 dias	368	194
De 91 a 120 dias	323	261
De 121 a 180 dias	76	164
De 181 a 360 dias	155	345
Acima de 365 dias	559	180
Total bruto	<u>2.299</u>	<u>2.429</u>
Total de perdas esperadas	<u>(805)</u>	<u>(877)</u>
Total líquido	<u>1.494</u>	<u>1.552</u>

Diante do atual cenário, e em linha com os requerimentos da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), a Administração da Companhia analisou eventuais impactos por aumento de perdas esperadas ou alteração significativa dos riscos a que a Companhia está exposta, que pudessem afetar a recuperabilidade dos seus ativos e a mensuração das provisões apresentadas nas referidas informações trimestrais.

Abaixo, demonstramos a movimentação da provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa em Outros Créditos:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Saldo inicial	<u>(877)</u>	<u>(453)</u>
(-) Constituição para perdas esperadas no exercício	(991)	(1.160)
(+) Reversão de provisão para perdas esperadas no exercício	1.06	736
Saldo final	<u>(805)</u>	<u>(877)</u>

*Eco Securitizadora de Direitos
Credítórios do Agronegócio S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2024 e 2023*

Abaixo apresentamos os valores por concentração em devedores:

	<u>31/12/2024</u>	<u>(%)</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>(%)</u>
Devedor 1	331	14%	266	11%
Devedor 2	238	10%	208	9%
Devedor 3	236	10%	157	6%
Devedor 4	148	6%	134	6%
Devedor 5	139	6%	117	5%
Demais devedores	1.207	53%	1.547	64%
Total	<u>2.299</u>	<u>100%</u>	<u>2.429</u>	<u>100%</u>

7. Outros adiantamentos

Em 31 de dezembro de 2023, o valor de outros adiantamentos no ativo circulante referia-se a pagamentos efetuados a maior a dois fornecedores (Almeida, Rotenberg e Boscoli Sociedade de Advogados e a Wealth High Governance Advisory Ltda.), devido a não retenção na fonte dos impostos incidentes sobre os serviços tomados. O primeiro devolveu o valor dos impostos à Companhia, no montante de R\$ 51, em 02 de janeiro de 2024. O segundo optou por recolher os tributos, emitindo os Darf (Documento de Arrecadação da Receita Federal) em nome da Companhia, no montante de R\$ 2.872, realizando o pagamento destes em 16 de janeiro de 2024.

8. Partes relacionadas

A Companhia está inserida em um grupo econômico onde a Ecoagro Participações S.A., empresa constituída com propósito único de deter participações em outras empresas, é sua controladora. Além disso, a Companhia utiliza a prestação de serviços de consultoria realizada por uma empresa com o propósito único de prestar serviços não exclusivos, relativos á consultoria de operações financeiras agropecuárias, a “Eco Consult – Consultoria de Operações Financeiras Agropecuárias Ltda.”, também pertencente ao seu grupo econômico e controlada pela Ecoagro Participações S.A.

A “Eco Gestão – Eco Gestão de Ativos Ltda.” também é controlada pela Ecoagro Participações

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui créditos de R\$ 4.080 junto às suas partes relacionadas, representados da seguinte forma:

Valores a receber/pagar (a)	<u>31/12/2024</u>		<u>31/12/2023</u>	
	<u>Ativo</u>	<u>Passivo</u>	<u>Ativo</u>	<u>Passivo</u>
Ecoagro Participações	48	-	-	11
Eco Gestão	43	-	-	-
Eco Consult	3.989	-	906	2
Total de partes relacionadas	<u>4.080</u>	<u>-</u>	<u>906</u>	<u>13</u>

*Eco Securitizadora de Direitos
Credítórios do Agronegócio S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2024 e 2023*

- (a) Representa valores a receber/pagar, conforme contrato de conta corrente entre empresas do mesmo grupo econômico. O presente contrato, tem por objetivo: (I) viabilizar o trânsito de valores entre as empresas que estão sob o mesmo controle acionário direto e/ou indireto, configurando no grupo econômico um controle comum de fluxo de caixa a ele integrada, (II) combinação de esforços e recursos para que todas as empresas possam atingir seus objetos sociais, e (III) obtenção de recursos financeiros para cumprimento de projetos, suprimento de caixa e qualquer atividade lícita para o desenvolvimento de atividades operacionais e de investimentos. O valor transacionado entre as partes são ilimitados e estão livres de: (I) data de liquidação, (II) taxa de juros e atualização monetário, (III) retenção tributária, (IV) contraprestação entre as partes e (V) inadimplemento contratual. O contrato celebrado é exclusivo de conta corrente e relacionamento entre empresas do mesmo grupo econômico, não havendo, portanto, interesses contrapostos de credor e devedor. O valor transacionado para Eco Consult se deu em razão da necessidade de caixa da parte relacionada para cumprir com suas obrigações financeiras. A previsão é que este montante seja devolvido até o final do exercício de 2025.

9. Tributos a recuperar

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Ativo circulante		
IRRF aplicações financeiras (a)	1.145	4.286
Outros tributos	-	5
Total de tributos a recuperar	<u>1.145</u>	<u>4.291</u>
Ativo não circulante		
ISS (b)	65	65
IRRF aplicações financeiras 2024 (c)	3.334	-
Total de tributos a recuperar	<u>3.399</u>	<u>65</u>

- (a) Em 31 de dezembro de 2024, o valor de R\$ 1.145 de IRRF aplicações financeiras, refere-se a saldo de impostos retidos na fonte, sobre os rendimentos dos resgates de aplicações de recursos dos Patrimônios Separados administrados pela Companhia.
- (b) Em 31 de dezembro de 2024, o valor de R\$ 65, refere-se a saldo de ISS pago indevidamente do mês de agosto de 2017. A Companhia entrou com Processo Administrativo para a devolução do valor, porém até o presente momento, não receberam retorno por parte da Prefeitura de São Paulo.
- (c) Em 31 de dezembro de 2024, o valor de R\$ 3.334 de IRRF aplicações financeiras, refere-se a saldo de impostos retidos na fonte, sobre os rendimentos dos resgates de aplicações de recursos dos Patrimônios Separados administrados pela Companhia.

*Eco Securitizadora de Direitos
Credítórios do Agronegócio S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2024 e 2023*

10. Despesas antecipadas

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Condomínio	7	7
Total de despesas antecipadas	<u>7</u>	<u>7</u>

11. Créditos Fiscais Diferidos

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui créditos fiscais relativos a diferenças temporárias (provisão para perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa) a compensar em períodos futuros, conforme valores a seguir discriminados:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Imposto de renda (25%)	208	227
Contribuição social (9%)	75	82
Total de créditos fiscais diferidos	<u>283</u>	<u>309</u>

12. Direito de uso – Aluguel

A Administração da Companhia analisou seus contratos e concluiu que seu contrato de aluguel se enquadra na classificação de arrendamento mercantil. Os valores de arrendamento estão registrados na conta de direito de uso, e sua depreciação é calculada de forma linear, pelo prazo de 5 anos, da sede administrativa da Companhia, localizada no conjunto nº 32, no 3º andar do Edifício Capital Plaza, situado na Avenida Pedroso de Moraes, 1553, município de São Paulo/SP, em montantes equivalentes ao valor presente das obrigações assumidas junto às contrapartes. A amortização desses saldos se dará conforme os prazos definidos para os arrendamentos.

A movimentação desde a adoção inicial está apresentada abaixo:

Direito de uso - aluguel	Valor
Saldo em 31 de dezembro de 2023	51
Adição – Atualização de vigência	124
Adição – Renovação automática do contrato de locação (05.2025 a 05.2030)	628
(-) Depreciação do direito de uso	<u>(126)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2024	677
Direito de uso - aluguel	Valor
Saldo em 31 de dezembro de 2022	204
Adição – Atualização de vigência	2
(-) Depreciação do direito de uso	<u>(155)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2023	51

*Eco Securitizadora de Direitos
Credítórios do Agronegócio S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2024 e 2023*

Os passivos reconhecidos na adoção inicial correspondem aos saldos a pagar remanescentes dos contratos de arrendamento, mensurados à valor presente pelas taxas de desconto.

A movimentação desde a adoção inicial está apresentada abaixo:

Obrigações de arrendamento mercantil	Valor
Saldo em 31 de dezembro de 2023	59
Adição – Atualização de vigência	123
Adição – Renovação automática do contrato de locação (05.2025 a 05.2030)	628
Baixa por pagamento de passivos de arrendamento	(181)
Juros no período	59
Saldo em 31 de dezembro de 2024	688
Passivo circulante	149
Passivo não-circulante	539
Total	688

Obrigações de arrendamento mercantil	Valor
Saldo em 31 de dezembro de 2022	214
Adição – Reajuste de aluguel	3
Baixa por pagamento de passivos de arrendamento	(181)
Juros no exercício	23
Saldo em 31 de dezembro de 2023 – Passivo Circulante	59

Os montantes de desembolsos de arrendamento mercantil são apresentados na Demonstração dos Fluxos de Caixa. Os passivos apresentados no Balanço Patrimonial estão ajustados a valor presente, com base nas taxas de empréstimo fornecidas pelo Banco Itau à Companhia.

13. Obrigações tributárias/trabalhistas

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Contribuição social corrente a recolher	192	110
PIS, COFINS, ISS a recolher	152	136
Impostos s/ terceiros (a)	47	2.967
Impostos s/ folha de pagamento	1	1
Total de obrigações fiscais	392	3.214

- a) Referem-se substancialmente a impostos retidos na fonte sobre serviços tomados de terceiros para a estruturação do CRA 298ª emissão, no montante de R\$ 2.923, arcados pelo devedor da oferta.

14. Outros passivos

Em 31 de dezembro de 2024, o saldo do grupo de Outros Passivos classificados no passivo circulante totaliza R\$ 210 (R\$ 180 em 31 de dezembro de 2023) e é composto pelos seguintes valores:

1. Valores recebidos antecipadamente de clientes relativos à estruturação dos CRAs, no montante de R\$ 28 em 31 de dezembro de 2023;
2. Provisão de despesas a pagar com auditoria e outras no montante de R\$ 120 (R\$ 152 em 31 de dezembro de 2023);
3. Valor recebido indevidamente da operação 296ª emissão. No dia 02 de janeiro de 2025, a Companhia efetuou a devolução dos valores no montante de R\$ 90.

O saldo de fornecedores em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 57 (R\$ 100 em 31 de dezembro de 2023).

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresenta o saldo de R\$ 2.644 (R\$ 1.551 em 31 de dezembro de 2023) de dividendos a pagar, com previsão de pagamento durante o exercício de 2025.

15. Patrimônio líquido

15.1. Capital social

O capital social em 31 de dezembro de 2024 e 2023, subscrito e totalmente integralizado, é de R\$ 299, representado por 100.000 ações ordinárias e sem valor nominal.

A Companhia apresenta o seguinte quadro acionário:

Acionistas	Quantidade de ações	(em R\$)
Ecoagro Participações S.A.	99.999	298.997
Moacir Ferreira Teixeira	1	3
Total	100.000	299.000

15.2. Reserva legal

A reserva legal é composta pela destinação de 5% do lucro líquido auferido em cada exercício, até o limite de 20% do capital, tem como finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.

*Eco Securitizadora de Direitos
Credítórios do Agronegócio S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2024 e 2023*

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o saldo em reserva legal é de R\$ 60.

Não houve constituição de reserva legal devido ao atingimento do limite de 20% do capital social.

15.3. Reserva de lucros

A reserva de lucros é composta pela destinação do lucro líquido auferido no exercício, após a constituição da Reserva Legal e distribuição dos dividendos propostos.

15.4. Dividendos

O estatuto social da Companhia determina que será distribuído aos Acionistas, como dividendo obrigatório em cada exercício social, equivalente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do Art. 202 da Lei nº 6.404/76.

Em Reunião do Conselho de Administração, realizada em 27 de junho de 2024, foi deliberada a destinação de dividendos complementares sobre parte do lucro líquido apurado do exercício em 31 de dezembro de 2023 no montante de R\$ 2.162, o qual estava alocado na reserva de lucros.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 13 de agosto de 2024, foi deliberada e aprovada a distribuição total do lucro líquido remanescente do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o qual estava alocado na conta de reserva de lucros no montante de R\$ 8.193.

Abaixo está apresentado o pagamento dos dividendos durante o período findo em 31 de dezembro de 2024:

Data de Pagamento	(em milhares R\$)
27/06/2024 (*)	3.713
29/07/2024	1.500
29/08/2024	1.745
13/11/2024	1.074
20/12/2024	1.713
Total	9.745

(*) O referido pagamento considera (i) o saldo remanescente de dividendos a pagar em 31 de dezembro de 2023 no valor de R\$ 1.551, referente ao dividendo mínimo obrigatório sobre o lucro líquido do exercício findo nessa data e (ii) valor de destinação adicional deliberado em 27 de junho de 2024 no montante de R\$ 2.162, relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

*Eco Securitizadora de Direitos
Credítórios do Agronegócio S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2024 e 2023*

O saldo da reserva de lucros é de R\$ 7.932, o qual será deliberado na próxima A.G.O da Companhia a ser realizada em abril de 2025.

16. Resultado por ação

O resultado por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, conforme apresentado abaixo:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Resultado atribuível aos acionistas	10.576	10.924
Número de ações ordinárias	<u>100.000</u>	<u>100.000</u>
Resultado por ação (em reais – R\$)	<u>0,10576</u>	<u>0,10924</u>

17. Receita operacional

A prestação de serviços da Companhia é relacionada à administração, estruturação e spread das operações de securitização:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Receita bruta da prestação de serviços	12.328	12.310
Impostos e contribuições incidentes sobre a receita	(1.189)	(1.188)
Total da receita operacional	<u>11.139</u>	<u>11.122</u>

A Companhia apura PIS em 0,65%, COFINS de 4,00% e ISS de 5% no município de São Paulo, sobre as receitas brutas de prestação de serviço.

18. Custo dos serviços prestados

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Agente fiduciário	(89)	(79)
Análise de risco	(257)	(193)
Auditoria	(19)	(38)
Avaliação técnica de imóvel	(328)	(115)
Cartório / cópias	(1)	(6)
Cetip	(53)	(57)
Consultoria jurídica	(393)	(152)
Custas judiciais	(34)	-
Custódia	(51)	(83)

*Eco Securitizadora de Direitos
Credítórios do Agronegócio S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2024 e 2023*

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Escrituração	(34)	(82)
Estruturação/Coordenação na distribuição pública	(502)	(496)
Originação	-	(34)
Outras taxas	(69)	(3)
Outros serviços especializados	(38)	(52)
Outros tributos (*)	(71)	(561)
Publicações legais	(22)	(60)
Total dos custos dos serviços prestados	<u>(1.961)</u>	<u>(2.011)</u>

(*) Referem-se a impostos retidos sobre serviços tomados de terceiros, de operações já encerradas do patrimônio separado, reconhecidas como custo por não terem sido reembolsadas pelos devedores destas operações.

19. Despesas gerais e administrativas

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Despesas com assessoria contábil	(68)	(60)
Despesas com associações de classe	(36)	(33)
Despesas com auditoria	(191)	(152)
Despesas com cartórios	(22)	(20)
Despesas com correios	(4)	(13)
Despesas com patrocínio	-	(43)
Despesas com software/hardware	(60)	(73)
Despesas com viagens e estadias	(2)	(30)
Despesas de instalações	(95)	(92)
Despesas tributárias	(100)	(107)
Encargos sociais	(11)	(9)
Honorários da diretoria	(51)	(47)
Outras despesas administrativas	(52)	(5)
Outros serviços especializados	(63)	(41)
Total das despesas gerais e administrativas	<u>(755)</u>	<u>(725)</u>

*Eco Securitizadora de Direitos
Creditórios do Agronegócio S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2024 e 2023*

20. Outras receitas e despesas operacionais

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Constituição e reversão de provisão com perdas estimadas	76	(449)
Deságio na aquisição de lastro	28	164
Outras receitas operacionais	10	31
Despesas com depreciação – Direito de uso	(126)	(155)
Total de outras receitas de despesas operacionais	(14)	(409)

21. Resultado financeiro

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Receitas de aplicações financeiras	134	297
Receitas de aplicações financeiras Operações (a)	7.257	8.396
Atualização monetária s/ créditos fiscais (Selic)	375	166
Despesas bancárias	(123)	(152)
Multas e juros	(2)	(137)
Descontos concedidos	(1)	(5)
Juros passivos - CRA	-	(5)
Juros de arrendamento - aluguel	(59)	(23)
Total de resultado financeiro	7.581	8.537

(a) Receita auferida pelo aproveitamento do IRRF sobre o resgate das aplicações financeiras do Patrimônio Separado da Companhia.

22. Provisões, ativos e passivos contingentes

A Companhia, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas na mesma data, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, não há processos judiciais que tenham a necessidade de constituição de provisão, ou a sua divulgação nas demonstrações financeiras.

*Eco Securitizadora de Direitos
Credítórios do Agronegócio S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2024 e 2023*

23. Imposto de renda e contribuição social

Imposto de Renda e Contribuição Social	31/12/2024		31/12/2023	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Resultado antes da tributação	15.990	15.990	16.514	16.514
Depreciação e Juros Arrendamento	185	185	178	178
Amortização do Aluguel Arrendamento	(181)	(181)	(181)	(181)
Provisão para perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa	1.048	1.048	1.229	1.229
Reversão de provisão para perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa	(1.123)	(1.123)	(780)	(780)
Base de cálculo (Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente)	15.919	15.919	16.960	16.960
Provisão para perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa	1.048	1.048	1.229	1.229
Reversão de provisão para perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa	(1.123)	(1.123)	(780)	(780)
Base de cálculo (Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido)	(75)	(75)	449	449
Imposto de renda (15%)	(2.388)	-	(2.544)	-
Imposto de renda adicional (10%)	(1.568)	-	(1.672)	-
Imposto de renda diferido (25%)	(19)	-	112	-
Contribuição social (9%)	-	(1.432)	-	(1.526)
Contribuição social diferido (9%)	-	(7)	-	40
Total	(3.975)	(1.439)	(4.104)	(1.486)
Alíquota efetiva	24,86%	9,00%	24,85%	9,00%

24. Operações securitizadas – Direitos Credítórios do Agronegócio (DCA) e Certificados de Recebíveis do Agronegócios (CRA)

Com a publicação da Resolução CVM nº 60, datada em 23 de dezembro de 2021, foram instituídas novas disposições envolvendo Certificados de Recebíveis do Agronegócio e revogadas as Instruções CVM nºs. 414, de 30 de dezembro de 2004, 443, de 8 de dezembro de 2006, 600, de 1º de agosto de 2018, e 603, de 31 de outubro de 2018. Em atendimento a essa disposição, a Companhia deixou de fazer constatar nas suas notas explicativas, as apresentações vinculadas aos patrimônios separados por ela instituídos, passando a disponibilizar as demonstrações financeiras individuais de cada patrimônio em separado, acompanhadas do respectivo relatório de auditoria, em até 03 (três) meses após o encerramento do exercício social dos respectivos patrimônios separados ativos.

Pelo regime fiduciário, os direitos creditórios ficam excluídos do patrimônio comum da Companhia, passando a constituir direitos patrimoniais separados com propósito específico e exclusivo de responder pela realização dos direitos dos investidores. O ativo e passivo são atualizados quanto aos rendimentos e encargos financeiros, respectivamente, e controlados em patrimônio separado.

A seguir está apresentada a relação dos patrimônios separados sob gestão da Companhia em 31 de dezembro de 2024:

Série/ Emissão	Série/ Emissão	Série/ Emissão	Série/ Emissão
Série 67	2-93ª Emissão	1-145ª Emissão	1-187ª Emissão
Série 102	1-94ª Emissão	2-145ª Emissão	2-187ª Emissão
Série 103	2-94ª Emissão	3-145ª Emissão	1-188ª Emissão
Série 145	1-98ª Emissão	1-147ª Emissão	2-188ª Emissão
Série 154	1-100ª Emissão	1-150ª Emissão	1-190ª Emissão
1-4ª Emissão	1-101ª Emissão	1-153ª Emissão	1-192ª Emissão
2-5ª Emissão	1-104ª Emissão	2-153ª Emissão	2-192ª Emissão
1-7ª Emissão	1-105ª Emissão	3-153ª Emissão	3-192ª Emissão
2-7ª Emissão	2-105ª Emissão	1-154ª Emissão	1-193ª Emissão
1-11ª Emissão	1-106ª Emissão	2-155ª Emissão	2-193ª Emissão
2-11ª Emissão	2-106ª Emissão	1-157ª Emissão	1-194ª Emissão
3-11ª Emissão	1-111ª Emissão	2-157ª Emissão	2-194ª Emissão
1-12ª Emissão	1-114ª Emissão	1-159ª Emissão	1-196ª Emissão
2-12ª Emissão	1-115ª Emissão	1-160ª Emissão	2-196ª Emissão
1-13ª Emissão	1-116ª Emissão	1-161ª Emissão	3-196ª Emissão
2-13ª Emissão	1-119ª Emissão	2-161ª Emissão	1-197ª Emissão
1-18ª Emissão	2-119ª Emissão	1-162ª Emissão	2-197ª Emissão

**Eco Securitizadora de Direitos
Credítórios do Agronegócio S.A.**
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2024 e 2023

1-21 ^a Emissão	3-119 ^a Emissão	1-166 ^a Emissão	3-197 ^a Emissão
2-23 ^a Emissão	1-120 ^a Emissão	1-167 ^a Emissão	1-199 ^a Emissão
1-26 ^a Emissão	2-120 ^a Emissão	2-167 ^a Emissão	2-199 ^a Emissão
1-36 ^a Emissão	1-121 ^a Emissão	1-169 ^a Emissão	1-200 ^a Emissão
2-36 ^a Emissão	1-124 ^a Emissão	2-169 ^a Emissão	1-201 ^a Emissão
1-45 ^a Emissão	2-124 ^a Emissão	1-172 ^a Emissão	2-201 ^a Emissão
2-45 ^a Emissão	1-127 ^a Emissão	1-173 ^a Emissão	1-202 ^a Emissão
3-45 ^a Emissão	2-127 ^a Emissão	2-173 ^a Emissão	2-202 ^a Emissão
1-48 ^a Emissão	3-127 ^a Emissão	1-174 ^a Emissão	3-202 ^a Emissão
1-53 ^a Emissão	1-128 ^a Emissão	1-175 ^a Emissão	1-203 ^a Emissão
1-54 ^a Emissão	1-131 ^a Emissão	2-175 ^a Emissão	1-204 ^a Emissão
1-58 ^a Emissão	2-131 ^a Emissão	1-176 ^a Emissão	2-204 ^a Emissão
2-58 ^a Emissão	3-131 ^a Emissão	1-177 ^a Emissão	3-204 ^a Emissão
1-72 ^a Emissão	1-133 ^a Emissão	1-179 ^a Emissão	1-206 ^a Emissão
2-75 ^a Emissão	1-136 ^a Emissão	2-179 ^a Emissão	1-207 ^a Emissão
1-81 ^a Emissão	2-136 ^a Emissão	1-183 ^a Emissão	1-208 ^a Emissão
1-82 ^a Emissão	1-137 ^a Emissão	1-184 ^a Emissão	1-209 ^a Emissão
1-84 ^a Emissão	2-137 ^a Emissão	2-184 ^a Emissão	1-210 ^a Emissão
1-85 ^a Emissão	1-140 ^a Emissão	1-185 ^a Emissão	1-212 ^a Emissão
1-89 ^a Emissão	2-140 ^a Emissão	2-185 ^a Emissão	1-213 ^a Emissão
1-90 ^a Emissão	1-141 ^a Emissão	3-185 ^a Emissão	1-216 ^a Emissão
1-92 ^a Emissão	2-141 ^a Emissão	1-186 ^a Emissão	2-216 ^a Emissão
1-93 ^a Emissão	1-142 ^a Emissão	2-186 ^a Emissão	3-216 ^a Emissão
1-219 ^a Emissão	1-257 ^a Emissão	1-292 ^a Emissão	2-312 ^a Emissão
2-219 ^a Emissão	1-259 ^a Emissão	2-292 ^a Emissão	1-313 ^a Emissão
1-221 ^a Emissão	2-259 ^a Emissão	3-292 ^a Emissão	1-314 ^a Emissão
1-222 ^a Emissão	1-260 ^a Emissão	1-295 ^a Emissão	2-314 ^a Emissão
1-223 ^a Emissão	2-260 ^a Emissão	2-295 ^a Emissão	1-315 ^a Emissão
2-223 ^a Emissão	1-262 ^a Emissão	1-296 ^a Emissão	2-315 ^a Emissão
1-224 ^a Emissão	2-262 ^a Emissão	2-296 ^a Emissão	1-318 ^a Emissão
1-225 ^a Emissão	1-263 ^a Emissão	3-296 ^a Emissão	2-318 ^a Emissão
1-227 ^a Emissão	1-264 ^a Emissão	1-297 ^a Emissão	3-318 ^a Emissão
2-227 ^a Emissão	2-264 ^a Emissão	2-297 ^a Emissão	1-319 ^a Emissão
1-228 ^a Emissão	1-266 ^a Emissão	3-297 ^a Emissão	2-319 ^a Emissão
1-229 ^a Emissão	2-266 ^a Emissão	4-297 ^a Emissão	3-319 ^a Emissão
2-229 ^a Emissão	1-267 ^a Emissão	1-298 ^a Emissão	1-320 ^a Emissão
3-229 ^a Emissão	1-268 ^a Emissão	1-299 ^a Emissão	1-321 ^a Emissão
1-231 ^a Emissão	2-268 ^a Emissão	2-299 ^a Emissão	2-321 ^a Emissão

*Eco Securitizadora de Direitos
Credítórios do Agronegócio S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2024 e 2023*

2-231 ^a Emissão	1-269 ^a Emissão	3-299 ^a Emissão	1-322 ^a Emissão
1-233 ^a Emissão	1-270 ^a Emissão	1-300 ^a Emissão	1-323 ^a Emissão
2-233 ^a Emissão	2-270 ^a Emissão	2-300 ^a Emissão	1-325 ^a Emissão
3-233 ^a Emissão	1-271 ^a Emissão	1-301 ^a Emissão	2-325 ^a Emissão
1-234 ^a Emissão	2-271 ^a Emissão	2-301 ^a Emissão	3-325 ^a Emissão
1-235 ^a Emissão	3-271 ^a Emissão	1-302 ^a Emissão	1-326 ^a Emissão
1-237 ^a Emissão	3-272 ^a Emissão	2-302 ^a Emissão	1-327 ^a Emissão
1-239 ^a Emissão	1-273 ^a Emissão	1-304 ^a Emissão	2-327 ^a Emissão
1-243 ^a Emissão	2-273 ^a Emissão	2-304 ^a Emissão	3-327 ^a Emissão
2-243 ^a Emissão	3-273 ^a Emissão	3-304 ^a Emissão	4-327 ^a Emissão
1-247 ^a Emissão	1-275 ^a Emissão	5-304 ^a Emissão	1-328 ^a Emissão
1-249 ^a Emissão	2-275 ^a Emissão	1-305 ^a Emissão	1-329 ^a Emissão
2-249 ^a Emissão	1-276 ^a Emissão	2-305 ^a Emissão	2-329 ^a Emissão
1-250 ^a Emissão	2-276 ^a Emissão	1-306 ^a Emissão	3-329 ^a Emissão
2-250 ^a Emissão	1-279 ^a Emissão	2-306 ^a Emissão	1-330 ^a Emissão
1-251 ^a Emissão	2-279 ^a Emissão	1-308 ^a Emissão	2-330 ^a Emissão
2-251 ^a Emissão	1-281 ^a Emissão	1-309 ^a Emissão	3-330 ^a Emissão
3-251 ^a Emissão	2-281 ^a Emissão	2-309 ^a Emissão	1-331 ^a Emissão
1-252 ^a Emissão	1-283 ^a Emissão	3-309 ^a Emissão	2-331 ^a Emissão
2-252 ^a Emissão	1-284 ^a Emissão	1-310 ^a Emissão	1-332 ^a Emissão
1-254 ^a Emissão	1-285 ^a Emissão	2-310 ^a Emissão	2-332 ^a Emissão
1-255 ^a Emissão	1-286 ^a Emissão	3-310 ^a Emissão	3-332 ^a Emissão
2-255 ^a Emissão	2-286 ^a Emissão	4-310 ^a Emissão	1-333 ^a Emissão
3-255 ^a Emissão	1-287 ^a Emissão	1-311 ^a Emissão	2-333 ^a Emissão
3-256 ^a Emissão	2-287 ^a Emissão	1-312 ^a Emissão	3-333 ^a Emissão
1-334 ^a Emissão	1-345 ^a Emissão	1-361 ^a Emissão	1-371 ^a Emissão
2-334 ^a Emissão	2-345 ^a Emissão	1-362 ^a Emissão	1-372 ^a Emissão
1-337 ^a Emissão	1-348 ^a Emissão	2-362 ^a Emissão	1-376 ^a Emissão
1-342 ^a Emissão	2-348 ^a Emissão	1-366 ^a Emissão	1-379 ^a Emissão
2-342 ^a Emissão	3-348 ^a Emissão	2-366 ^a Emissão	2-379 ^a Emissão
1-343 ^a Emissão	1-349 ^a Emissão	1-369 ^a Emissão	3-379 ^a Emissão
1-344 ^a Emissão	1-352 ^a Emissão	2-369 ^a Emissão	1-1 ^a Emissão- CRI
2-344 ^a Emissão	1-354 ^a Emissão	3-369 ^a Emissão	1-2 ^a Emissão- CRI
3-344 ^a Emissão	2-354 ^a Emissão	4-369 ^a Emissão	1-3 ^a Emissão- CRI

25. Instrumentos financeiros

Valor justo e categoria dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros da Companhia contabilizados em 31 de dezembro de 2024 e 2023 possuem valores compatíveis com os praticados pelo mercado nessas datas. Esses instrumentos são administrados por meio de estratégias operacionais que visam obter liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste no monitoramento contínuo das taxas acordadas em relação àquelas vigentes no mercado e na confirmação de que seus investimentos financeiros de curto prazo estão sendo adequadamente marcados a mercado pelas instituições que administram os fundos de investimento em que parte dos recursos da Companhia é aplicada.

A Companhia não faz investimentos especulativos com derivativos nem nenhum outro ativo de risco. A determinação dos valores estimados de realização dos ativos e passivos financeiros da Companhia baseia-se em informações disponíveis no mercado e em metodologias de avaliação adequadas. No entanto, é necessário que a Administração empregue considerável julgamento para interpretar os dados de mercado e estimar os valores de realização mais adequados. Finalmente, as estimativas a seguir não indicam necessariamente que os valores sejam aqueles realizados no mercado atual.

Hierarquia do valor justo

A mensuração dos instrumentos financeiros está agrupada em níveis de 1 a 3, com base no grau em que seu valor justo é cotado:

Nível 1 - Informações observáveis que refletem os preços cotados (não ajustados) para ativos ou passivos idênticos em mercados ativos. Um mercado ativo é aquele no qual as transações para o ativo ou passivo que está sendo mensurado geralmente ocorre com a frequência e volume suficientes para fornecer informações de apreçamento continuamente.

Nível 2 - Informações que não são observáveis para o ativo ou passivo direta ou indiretamente. Inclui geralmente: (i) preços cotados para ativos ou passivos semelhantes em mercados ativos; (ii) preços cotados para ativos ou passivos idênticos ou semelhantes em mercados que não são ativos, isto é, mercados nos quais há poucas transações para o ativo ou passivo, os preços não são correntes, ou as cotações de preço variam substancialmente ao longo do tempo ou entre os especialistas no mercado de balcão (market makers), ou nos quais poucas informações são divulgadas publicamente; (iii) informações que não os preços cotados que são observáveis para o ativo ou passivo (por exemplo, taxas de juros e curvas de rentabilidade observáveis em intervalos cotados regularmente, volatilidades etc.); (iv) informações que são derivadas principalmente de ou corroboradas por dados do mercado observáveis por meio de correlação ou por outros meios.

Nível 3 – Informações que não são observáveis para o ativo ou passivo. As informações não observáveis devem ser usadas para mensurar o valor justo na proporção em que as informações observáveis não estão disponíveis, permitindo, dessa forma, que as situações nas quais há pouca, se houver, atividade de mercado para o ativo ou passivo na data de mensuração.

Instrumentos financeiros por categorias

Os principais instrumentos financeiros da Companhia estão representados por:

- (a) Caixa e equivalentes de caixa: conforme descritos na nota explicativa nº 4;

**Eco Securitizadora de Direitos
Credítórios do Agronegócio S.A.**
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2024 e 2023

- (b) Clientes, e outros créditos: conforme descritos nas notas explicativas nº 5 e nº 6;
- (c) Contas a pagar e outras obrigações: conforme descritos nas notas explicativas nº 14;

(R\$ em milhares)		Mensurações do valor justo na data das demonstrações contábeis, utilizando			
Descrição	31/12/2024	Preços cotados em mercados ativos para ativos idênticos (Nível 1)	Dados observáveis significativos (Nível 2)	Dados não observáveis significativos (Nível 3)	Total de ganhos (perdas)
Ativos mensurados ao valor justo					
Caixa e equivalentes de caixa (a)	1.162	-	1.162	-	-
Clientes (b)	62	-	62	-	-
Outros créditos (b)	2.299	-	2.299	-	-
Total de mensurações do valor justo	3.523	-	3.523	-	-
Passivos mensurados ao valor justo					
Contas a pagar e outras obrigações (c)	267	-	267	-	-
Total de mensurações do valor justo	267	-	267	-	-

(R\$ em milhares)		Mensurações do valor justo na data das demonstrações contábeis, utilizando			
Descrição	31/12/2023	Preços cotados em mercados ativos para ativos idênticos (Nível 1)	Dados observáveis significativos (Nível 2)	Dados não observáveis significativos (Nível 3)	Total de ganhos (perdas)
Ativos mensurados ao valor justo					
Caixa e equivalentes de caixa (a)	3.428	-	3.428	-	-
Clientes (b)	155	-	155	-	-
Outros créditos (b)	2.429	-	2.429	-	-
Total de mensurações do valor justo	6.012	-	6.012	-	-
Passivos mensurados ao valor justo					
Contas a pagar e outras obrigações (c)	280	-	280	-	-
Total de mensurações do valor justo	280	-	280	-	-

*Eco Securitizadora de Direitos
Credítórios do Agronegócio S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2024 e 2023*

25.1 Considerações gerais

A Companhia participa de operações envolvendo instrumentos financeiros, todas registradas em contas patrimoniais, que se destinam a atender às suas necessidades.

A Companhia administra seu capital para garantir a continuidade de suas atividades normais.

Critérios, premissas e limitações utilizados na apuração dos valores dos instrumentos financeiros

Os detalhes a respeito das principais práticas contábeis e métodos adotados, inclusive o critério de reconhecimento, a base de mensuração e o método de reconhecimento das receitas e despesas em relação a cada classe de ativos, passivos e instrumentos financeiros, estão apresentados na nota explicativa nº 2.

O valor justo dos ativos e passivos financeiros que apresentam termos e condições padrão e são negociados em mercados ativos é determinado com base nos preços observados nesses mercados.

O valor justo dos outros ativos e passivos financeiros (com exceção daqueles descritos anteriormente) é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos baseados em análises dos fluxos de caixa descontados.

25.2 Gestão de riscos financeiros

A Administração monitora e administra os riscos financeiros inerentes às operações. Entre esses riscos destacam-se o risco de crédito, o risco de liquidez e o risco de mercado. O principal objetivo é manter a exposição da Companhia a esses riscos em níveis mínimos, utilizando, para isso, instrumentos financeiros e avaliando e controlando a qualidade creditícia de suas contrapartes e a liquidez dos seus ativos financeiros.

25.2.1 Derivativos

No período e exercício findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia não utilizou instrumentos financeiros derivativos.

25.2.2 Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um emissor ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais.

A Companhia está exposta ao risco de crédito de seus valores de contas a receber e despesas reembolsáveis.

25.2.3 Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco relacionado a dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração desse risco é a de garantir que tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações sem causar perdas ou prejudicar as operações da Companhia, utilizando, se necessário, linhas de crédito disponíveis.

Na atual data base a administração não identificou passivos financeiros com risco de liquidez.

25.2.4 Risco de mercado

Risco de mercado é o risco relacionado às variações dos fatores de mercado em que a Companhia atua, direta e indiretamente, assim como às variações dos fatores macroeconômicos e índices dos mercados financeiros.

A Companhia está exposta a taxas de juros flutuantes, notadamente o CDI.

26. Outros assuntos

A guerra entre Rússia e Ucrânia e as disputas comerciais globais terão um impacto duradouro no agronegócio brasileiro até 2025. O Brasil tem potencial para continuar a se beneficiar do aumento da demanda por commodities alimentícias, especialmente soja, milho, carne e café, dada a sua capacidade de suprir mercados que buscam alternativas aos produtores afetados pela guerra. No entanto, a dependência de insumos importados, como fertilizantes, pode continuar a ser um desafio.

As relações com a China e os Estados Unidos continuarão a ser uma peça-chave para o futuro do agronegócio brasileiro. O Brasil precisa fortalecer suas relações com a China, que é um mercado crescente e altamente relevante para suas exportações, ao mesmo

*Eco Securitizadora de Direitos
Credítórios do Agronegócio S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2024 e 2023*

tempo em que gerencia de forma estratégica sua concorrência com os Estados Unidos, buscando ampliar sua presença em mercados alternativos e diversificando sua base de clientes.

Em resumo, o agronegócio brasileiro estará em uma posição relativamente forte nos próximos anos, mas terá que navegar por um cenário internacional complexo e dinâmico, com desafios relacionados à geopolítica, custos de insumos e flutuações de mercado.

A administração entende que tais eventos não impactaram as demonstrações financeiras findo em 31 de dezembro de 2024.

27. Eventos subsequentes

A administração efetuou a análise dos eventos subsequentes e não identificou assuntos que devam ser divulgados nas demonstrações financeiras apresentadas em 31 de dezembro de 2024.

Milton Scatolini Menten
Diretor Presidente

Leandro Machado Mattia
Diretor (CFO)

Paulo Sergio Marques Burato
CRC 1SP112455/O-0 - Contador

Certificado de Conclusão

Identificação de envelope: 5D9671C7-3A1B-41BB-9B4E-D5551CFF4198
 Assunto: Complete com o Docusign: ECOSECCREDITRIOSDOAGRONEGOCIO24.DEZ.pdf
 LoS / Área: Assurance (Audit, CMAAS)
 Tipo de Documento: Relatórios ou Deliverables
 Envelope fonte:
 Documentar páginas: 44
 Certificar páginas: 2
 Assinatura guiada: Ativado
 Selo com Envelopeld (ID do envelope): Ativado
 Fuso horário: (UTC-03:00) Brasília

Status: Concluído
 Remetente do envelope:
 Leandro Pacheco
 Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3732, 16º e 17º andares, Edifício Adalmiro Dellape Baptista B32, Itai São Paulo, São Paulo 04538-132
 leandro.pacheco@pwc.com
 Endereço IP: 201.56.164.188

Rastreamento de registros

Status: Original 31 de março de 2025 19:45	Portador: Leandro Pacheco leandro.pacheco@pwc.com	Local: DocuSign
Status: Original 31 de março de 2025 20:40	Portador: CEDOC Brasil BR_Sao-Paulo-Arquivo-Atendimento-Team@pwc.com	Local: DocuSign

Eventos do signatário

Marcelo Luis Teixeira Santos
 marcelo.l.teixeira@pwc.com
 Partner

PricewaterhouseCoopers

Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma), Certificado Digital

Detalhes do provedor de assinatura:

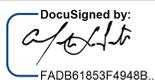
Tipo de assinatura: ICP Smart Card

Emissor da assinatura: AC SERASA RFB v5

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

Não oferecido através da Docusign

Assinatura



Adoção de assinatura: Desenhado no dispositivo

Usando endereço IP: 201.56.164.188

Registro de hora e data

Enviado: 31 de março de 2025 | 19:49
 Visualizado: 31 de março de 2025 | 20:39
 Assinado: 31 de março de 2025 | 20:40

Eventos do signatário presencial

Assinatura

Registro de hora e data

Eventos de entrega do editor

Status

Registro de hora e data

Evento de entrega do agente

Status

Registro de hora e data

Eventos de entrega intermediários

Status

Registro de hora e data

Eventos de entrega certificados

Status

Registro de hora e data

Eventos de cópia

Status

Registro de hora e data

Leandro Pacheco
 leandro.pacheco@pwc.com
 PwC BR

Copiado

Enviado: 31 de março de 2025 | 20:40
 Visualizado: 31 de março de 2025 | 20:40
 Assinado: 31 de março de 2025 | 20:40

Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

Não oferecido através da Docusign

Eventos com testemunhas

Assinatura

Registro de hora e data

Eventos do tabelião

Assinatura

Registro de hora e data

Eventos de resumo do envelope	Status	Carimbo de data/hora
Envelope enviado	Com hash/criptografado	31 de março de 2025 19:49
Entrega certificada	Segurança verificada	31 de março de 2025 20:39
Assinatura concluída	Segurança verificada	31 de março de 2025 20:40
Concluído	Segurança verificada	31 de março de 2025 20:40

Eventos de pagamento	Status	Carimbo de data/hora
-----------------------------	---------------	-----------------------------